

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.453.634,00	10.596.044,42	11.482.701,40	12.679.250,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	199.580,00	197.754,72	231.974,63	202.160,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	183.940,00	194.482,44	221.892,37	243.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M				
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	183.940,00	194.482,44	221.892,37	243.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.049.909,00	326.959,74	723.147,50	734.750,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.048.589,00	326.059,74	720.627,50	733.250,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	87.339,00	136.176,22	197.213,68	138.250,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	961.250,00	189.883,52	523.413,82	595.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.320,00	900,00	2.520,00	1.500,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	42.863,00	58.882,49	44.638,60	48.050,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.933.089,00	9.739.534,33	10.216.937,71	11.426.790,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.253,00	78.430,70	44.110,59	24.500,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	44.253,00	78.430,70	44.110,59	24.500,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	0,00	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	992.500,00	343.887,00	146.250,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	277.887,00	0,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.000,00	992.500,00	66.000,00	146.250,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	308.202,00	327.307,49	373.786,43	409.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.647.562,00	-1.857.231,42	-1.834.398,03	-2.038.350,00
	TOTAL DA RECEITA	9.214.274,00	10.058.620,49	10.365.976,80	11.196.150,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.348.377,51	7.044.832,78	7.574.470,68	8.909.720,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.787.733,20	3.144.815,96	3.564.095,15	3.950.600,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	2.787.733,20	3.006.536,59	3.393.619,15	3.760.250,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	0,00	138.279,37	170.476,00	190.350,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.560.644,31	3.900.016,82	4.010.375,53	4.959.120,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.437.027,95	3.898.042,02	3.992.914,53	4.934.120,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	123.616,36	1.974,80	17.461,00	25.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				243.650,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.031.650,00
	TOTAL DA DESPESA	7.641.895,19	8.525.689,18	8.634.839,96	11.196.150,00
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2012	2013	2014	2015
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	9.270.000,00	10.160.000,00	9.840.000,00	11.050.000,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	742.000,00	1.054.030,00	571.733,00	733.250,00
	Receita de Operações de Crédito				
	Receita de Alienação de Bens				
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos				
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	9.270.000,00	10.160.000,00	9.840.000,00	11.050.000,00
	Juros e Encargos da Dívida				
	Amortização da Dívida				
	Concessão de Empréstimos				

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada				-	-	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	2.270.237,33	3.032.437,25	3.000.000,00	2.767.558,19	2.933.331,81	2.900.296,67
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-			
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	-	-	-
(6) Resultado Nominal		-	-	-	-	-

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-			
2.2 Encargos	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações	-	-	-	-	-	-

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : (CORONEL PILAR - RS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2016

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	REALIZADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.453.634,00	10.596.044,42	11.482.701,40	12.679.250,00	13.634.461,79	14.736.844,36	16.130.938,20
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	199.580,00	197.754,72	231.974,63	202.160,00	202.072,45	204.991,43	197.194,54
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	183.940,00	194.482,44	221.892,37	243.000,00	256.389,30	269.003,65	282.373,14
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	-	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	183.940,00	194.482,44	221.892,37	243.000,00	256.389,30	269.003,65	282.373,14
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.049.909,00	326.959,74	723.147,50	734.750,00	775.249,13	813.423,22	853.891,58
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.048.589,00	326.059,74	720.627,50	733.250,00	773.652,08	811.715,76	852.058,03
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	87.339,00	136.176,22	197.213,68	138.250,00	145.867,58	153.044,26	160.650,56
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	961.250,00	189.883,52	523.413,82	595.000,00	627.784,50	658.671,50	691.407,47
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.320,00	900,00	2.520,00	1.500,00	1.597,05	1.707,46	1.833,55
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	42.863,00	58.882,49	44.638,60	48.050,00	51.158,90	54.695,76	58.734,67
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.933.089,00	9.739.534,33	10.216.937,71	11.426.790,00	12.323.506,82	13.366.841,72	14.708.796,31
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.253,00	78.430,70	44.110,59	24.500,00	26.085,18	27.888,58	29.947,96
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	44.253,00	78.430,70	44.110,59	24.500,00	26.085,18	27.888,58	29.947,96
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	992.500,00	343.887,00	146.250,00	155.712,58	166.477,74	178.770,97
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	-	-	277.887,00	-	-	-	-
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.000,00	992.500,00	66.000,00	146.250,00	155.712,58	166.477,74	178.770,97
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	308.202,00	327.307,49	373.786,43	409.000,00	431.535,90	452.767,47	475.270,01
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.647.562,00)	(1.857.231,42)	(1.834.398,03)	(2.038.350,00)	(2.170.234,12)	(2.320.272,82)	(2.491.608,96)
	TOTAL DA RECEITA	9.214.274,00	10.058.620,49	10.365.976,80	11.196.150,00	12.051.476,15	13.035.816,75	14.293.370,22

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO 2012	LIQUIDADO 2013	LIQUIDADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.348.377,51	7.044.832,78	7.574.470,68	8.909.720,00	9.626.647,77	10.327.556,25	11.057.436,67
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.787.733,20	3.144.815,96	3.564.095,15	3.950.600,00	4.394.280,25	4.837.756,26	5.294.793,62
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	2.787.733,20	3.006.536,59	3.393.619,15	3.760.250,00	4.182.552,61	4.604.660,80	5.039.676,94
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	-	138.279,37	170.476,00	190.350,00	211.727,65	233.095,45	255.116,68
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.560.644,31	3.900.016,82	4.010.375,53	4.959.120,00	5.232.367,51	5.489.799,99	5.762.643,05
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.437.027,95	3.898.042,02	3.992.914,53	4.934.120,00	5.205.990,01	5.462.124,72	5.733.592,32
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	123.616,36	1.974,80	17.461,00	25.000,00	26.377,50	27.675,27	29.050,73
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00	1.235.123,83	1.035.848,25	922.917,56
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00	1.235.123,83	1.035.848,25	922.917,56
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.293.517,68	1.480.856,40	1.060.369,28	1.011.130,00	1.235.123,83	1.035.848,25	922.917,56
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	243.650,00	112.100,00	552.740,36	1.148.132,79
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	1.031.650,00	1.077.604,55	1.119.671,89	1.164.883,20
	TOTAL DA DESPESA	7.641.895,19	8.525.689,18	8.634.839,96	11.196.150,00	12.051.476,15	13.035.816,75	14.293.370,22

Município de : CORONEL PILAR - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,91%	6,41%	8,40%	5,51%	4,92%	4,97%
VARIAÇÃO DO PIB	2,30%	0,10%	-1,23%	0,91%	1,90%	2,30%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	6,90%	6,92%	2,44%	5,42%	4,93%	4,27%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	1,32%	-3,68%	16,49%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-9,12%	10,79%	-20,02%	-6,12%	-5,12%	-10,42%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	0,82%	-1,61%	4,67%	1,29%	1,45%	2,47%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL						
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	6,27%	-34,90%	-11,81%	-13,48%	-20,07%	-15,12%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	7,25%	10,95%	13,43%	12,29%	11,04%	10,40%
PIB / RS (em R\$ milhões)	310.458	363.244	375.094	412.762	452.125	486.531

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC.TRIBUT.	CRESC.REC.TRANSFERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Recietas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC.FOLHA	CRESC.CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC.INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : CORONEL PILAR - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	12.051.476	11.422.117	0,003%	13.035.817	11.775.689	0,003%	14.293.370	12.300.352	0,003%
Receitas Primárias (I)	11.277.824	10.688.867	0,003%	12.224.101	11.042.439	0,003%	13.441.312	11.567.102	0,003%
Despesa Total	12.051.476	11.422.117	0,003%	13.035.817	11.775.689	0,003%	14.293.370	12.300.352	0,003%
Despesas Primárias (II)	12.051.476	11.422.117	0,003%	13.035.817	11.775.689	0,003%	14.293.370	12.300.352	0,003%
Resultado Primário (I - II)	(773.652)	(733.250)	0,000%	(811.716)	(733.250)	0,000%	(852.058)	(733.250)	0,000%
Resultado Nominal	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subseqüentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2012, 2013 e 2014) e os valores reestimados para o exercício atual (2015), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento real das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,91%, 1,90% e 2,30% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,51%, 4,92% e 4,97%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2015, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2016, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 12.051.476, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 773.652), resultam numa Receita Primária de R\$ 11.277.824.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 12.051.476 e no mesmo valor as despesas primárias para 2016 (R\$ 12.051.476).
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2016 que foi inicialmente prevista em R\$ -773.652 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, na Lei Orçamentária Anual, a meta poderá ser alterada pela para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, § 1º, da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total RPPS	1.315.710	1.247.000	0,000%	1.380.443	1.247.000	0,000%	1.449.051	1.247.000	0,000%
Receitas Primárias RPPS (I)	687.925	652.000	0,000%	721.771	652.000	0,000%	757.643	652.000	0,000%
Despesa Total RPPS	1.315.710	1.247.000	0,000%	1.380.443	1.247.000	0,000%	1.449.051	1.247.000	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	1.315.710	1.247.000	0,000%	1.380.443	1.247.000	0,000%	1.449.051	1.247.000	0,000%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(627.785)	(595.000)	0,000%	(658.671)	(595.000)	0,000%	(691.407)	(595.000)	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	10.735.766	10.175.117	0,003%	11.655.374	10.528.689	0,003%	12.844.320	11.053.352	0,003%
Receitas Primárias (I)	10.589.899	10.036.867	0,003%	11.502.330	10.390.439	0,003%	12.683.669	10.915.102	0,003%
Despesa Total	10.735.766	10.175.117	0,003%	11.655.374	10.528.689	0,003%	12.844.320	11.053.352	0,003%
Despesas Primárias (II)	10.735.766	10.175.117	0,003%	11.655.374	10.528.689	0,003%	12.844.320	11.053.352	0,003%
Resultado Primário (I – II)	(145.868)	(138.250)	0,000%	(153.044)	(138.250)	0,000%	(160.651)	(138.250)	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	9.840.000	0,003%	10.365.977	0,003%	525.977	5,35%
Receita Primárias (I)	9.268.267	0,003%	9.367.462	0,003%	99.195	1,07%
Despesa Total	9.840.000	0,003%	8.634.840	0,002%	(1.205.160)	-12,25%
Despesa Primárias (II)	9.840.000	0,003%	8.634.840	0,002%	(1.205.160)	-12,25%
Resultado Primário (I-II)	(571.733)	0,000%	732.622	0,000%	1.304.355	-228,14%
Resultado Nominal	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	-	0,000%	-	-

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2014), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2014 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 732.622, valor 228,14% superior à meta estabelecida, que era de R\$ -571.733. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 9.367.462 superando em 1,07% a projeção para o período de R\$ 9.268.267. As despesas não financeiras atingiram R\$ 8.634.840, estabelecendo-se -12,25% abaixo da previsão orçamentária. O Município não possuiu dívida consolidada, desta forma não há necessidade de avaliar o Resultado nominal.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação%	2018	Variação %
Receita Total	10.160.000	9.840.000	-3,15%	11.050.000	12,30%	12.051.476	9,06%	13.035.817	8,17%	14.293.370	9,65%
Receitas Primárias (I)	9.105.970	9.268.267	1,78%	10.316.750	11,31%	11.277.824	9,32%	12.224.101	8,39%	13.441.312	9,96%
Despesa Total	10.160.000	9.840.000	-3,15%	11.050.000	12,30%	12.051.476	9,06%	13.035.817	8,17%	14.293.370	9,65%
Despesas Primárias (II)	10.160.000	9.840.000	-3,15%	11.050.000	12,30%	12.051.476	9,06%	13.035.817	8,17%	14.293.370	9,65%
Resultado Primário (I – II)	(1.054.030)	(571.733)	-45,76%	(733.250)	28,25%	(773.652)	5,51%	(811.716)	4,92%	(852.058)	4,97%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	11.719.402	10.666.560	-8,98%	11.050.000	3,59%	11.422.117	3,37%	11.775.689	3,10%	12.300.352	4,46%
Receitas Primárias (I)	10.503.594	10.046.801	-4,35%	10.316.750	2,69%	10.688.867	3,61%	11.042.439	3,31%	11.567.102	4,75%
Despesa Total	11.719.402	10.666.560	-8,98%	11.050.000	3,59%	11.422.117	3,37%	11.775.689	3,10%	12.300.352	4,46%
Despesas Primárias (II)	11.719.402	10.666.560	-8,98%	11.050.000	3,59%	11.422.117	3,37%	11.775.689	3,10%	12.300.352	4,46%
Resultado Primário (I – II)	(1.215.807)	(619.759)	-49,02%	(733.250)	18,31%	(733.250)	0,00%	(733.250)	0,00%	(733.250)	0,00%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	#DIV/0!

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2016), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015), bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	13.266.012,15	100,00%	11.781.967,67	100,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	14.656.783,38	100,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	14.656.783,38	100,00%	13.266.012,15	100,00%	11.781.967,67	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	133.636,89	100,00%		0,00%	(930.819,09)	100,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	133.636,89	100,00%	-	0,00%
TOTAL	133.636,89	100,00%	133.636,89	100,00%	(930.819,09)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	133.636,89	0,90%	13.266.012,15	99,00%	10.851.148,58	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	14.656.783,38	99,10%	133.636,89	1,00%	-	0,00%
TOTAL	14.790.420,27	100,00%	13.399.649,04	100,00%	10.851.148,58	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 091/2002, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2012 a 2014, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 10.851.148,58 em 31.12.2012 para R\$ 14.790.420,27 em 31.12.2014.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2014 com superavit, cujo principal fator foi o planejamento dos investimentos e o controle das despesas.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2016**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012			
RECEITAS DE CAPITAL	244.603,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	244.603,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	244.603,00		
Alienação de Bens Imóveis			
<u>Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens</u>	-	-	-
TOTAL	244.603,00	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	27.122,76	-	-
Investimentos	27.122,76	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	27.122,76	-	-
SALDO FINANCEIRO	217.480,24	-	-

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.110.530,66	281.549,90	743.656,00
RECEITAS CORRENTES	1.145.189,36	384.365,96	745.306,19
Receita de Contribuições dos Segurados	183.939,81	194.482,44	221.892,37
Pessoal Civil	183.939,81	194.482,44	221.892,37
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	961.249,55	189.883,52	523.413,82
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(34.658,70)	(102.816,06)	(1.650,19)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	308.202,37	327.307,49	373.786,43
RECEITAS CORRENTES	308.202,37	327.307,49	373.786,43
Receita de Contribuições	308.202,37	327.307,49	373.786,43
Patronal	183.939,28	203.838,75	232.784,65
Pessoal Civil	183.939,28	203.838,75	232.784,65
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial	124.263,09	123.468,74	141.001,78
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.418.733,03	608.857,39	1.117.442,43

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	123.616,36	140.254,17	187.937,00
ADMINISTRAÇÃO	3.280,00	1.974,80	17.461,00
Despesas Correntes	3.280,00	1.974,80	17.461,00
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	120.336,36	138.279,37	170.476,00
Pessoal Civil	120.336,36	138.279,37	170.476,00
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	123.616,36	140.254,17	187.937,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.295.116,67	468.603,22	929.505,43
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	124.263,09	123.468,74	141.001,78
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	124.263,09	123.468,74	141.001,78
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	124.263,09	123.468,74	141.001,78
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			6.477.391,29

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2014.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" Exercício anterior) + (c)
2014	946.480,53	187.937,00	758.543,53	6.217.182,00
2015	1.107.527,97	254.068,36	853.459,61	7.070.641,61
2016	1.116.918,50	257.625,32	859.293,18	7.929.934,79
2017	1.126.773,61	261.232,07	865.541,54	8.795.476,33
2018	1.142.123,26	314.923,97	827.199,29	9.622.675,62
2019	1.203.550,07	319.332,91	884.217,16	10.506.892,78
2020	1.275.870,67	384.327,60	891.543,07	11.398.435,85
2021	1.342.296,74	389.708,19	952.588,55	12.351.024,40
2022	1.430.045,72	519.625,23	910.420,48	13.261.444,88
2023	1.499.585,73	526.899,99	972.685,74	14.234.130,62
2024	1.586.965,03	620.656,63	966.308,40	15.200.439,02
2025	1.661.497,83	629.345,83	1.032.152,01	16.232.591,02
2026	1.758.064,24	736.840,69	1.021.223,55	17.253.814,58
2027	1.850.461,72	813.866,86	1.036.594,86	18.290.409,44
2028	1.943.822,82	882.758,69	1.061.064,14	19.351.473,57
2029	2.049.893,70	998.004,35	1.051.889,34	20.403.362,92
2030	2.143.220,78	1.046.752,24	1.096.468,54	21.499.831,46
2031	2.256.820,47	1.167.194,82	1.089.625,66	22.589.457,11
2032	2.379.320,65	1.315.834,08	1.063.486,56	23.652.943,68
2033	2.470.807,74	1.334.255,76	1.136.551,98	24.789.495,66
2034	2.595.929,40	1.463.228,98	1.132.700,42	25.922.196,08
2035	2.724.444,59	1.595.551,94	1.128.892,65	27.051.088,73
2036	2.853.302,31	1.719.952,80	1.133.349,51	28.184.438,24
2037	2.978.198,53	1.820.692,89	1.157.505,64	29.341.943,88
2038	3.095.790,65	1.885.049,60	1.210.741,06	30.552.684,94
2039	3.102.610,48	2.029.673,71	1.072.936,77	31.625.621,71
2040	3.193.151,19	2.086.063,17	1.107.088,02	32.732.709,73
2041	3.244.810,90	2.074.745,68	1.170.065,22	33.902.774,95
2042	3.334.918,99	2.185.971,50	1.148.947,49	35.051.722,45
2043	3.388.651,09	2.174.910,15	1.213.740,94	36.265.463,38
2044	3.476.093,35	2.277.180,93	1.198.912,43	37.464.375,81
2045	3.553.849,73	2.351.901,19	1.201.948,55	38.666.324,36
2046	3.630.827,67	2.428.267,29	1.202.560,37	39.868.884,73
2047	3.706.841,49	2.506.310,67	1.200.530,82	41.069.415,55
2048	3.788.569,72	2.617.328,34	1.171.241,37	42.240.656,92
2049	3.860.356,97	2.699.260,55	1.161.096,43	43.401.753,35
2050	3.930.399,84	2.782.973,86	1.147.425,98	44.549.179,33
2051	3.989.594,17	2.821.935,49	1.167.658,68	45.716.838,00
2052	4.063.921,14	2.941.714,08	1.122.207,06	46.839.045,06
2053	4.119.917,33	2.982.898,08	1.137.019,26	47.976.064,32
2054	4.176.225,94	3.024.658,65	1.151.567,30	49.127.631,61
2055	4.232.817,21	3.067.003,87	1.165.813,34	50.293.444,96
2056	4.296.647,46	3.159.860,73	1.136.786,72	51.430.231,68
2057	4.355.326,45	3.239.531,16	1.115.795,30	52.546.026,97
2058	4.413.357,66	3.336.210,91	1.077.146,74	53.623.173,72
2059	4.461.805,63	3.382.917,87	1.078.887,76	54.702.061,48
2060	4.514.935,27	3.483.052,24	1.031.883,04	55.733.944,52
2061	4.594.107,62	3.531.814,97	1.062.292,65	56.796.237,16
2062	4.680.772,32	3.635.521,90	1.045.250,42	57.841.487,59
2063	4.765.160,80	3.724.934,03	1.040.226,77	58.881.714,36
2064	4.467.991,50	3.832.874,59	635.116,91	59.516.831,27
2065	4.519.189,76	3.943.107,39	576.082,36	60.092.913,63
2066	4.567.029,22	4.055.675,47	511.353,75	60.604.267,38

2067	4.611.170,80	4.112.454,93	498.715,88	61.102.983,25
2068	4.654.742,56	4.170.029,30	484.713,27	61.587.696,52
2069	4.697.665,25	4.270.275,15	427.390,10	62.015.086,62
2070	4.737.342,30	4.330.059,00	407.283,30	62.422.369,92
2071	4.776.009,42	4.390.679,83	385.329,59	62.807.699,51
2072	4.813.558,53	4.452.149,34	361.409,19	63.169.108,70
2073	4.849.874,44	4.514.479,43	335.395,00	63.504.503,70
2074	4.884.834,33	4.577.682,15	307.152,18	63.811.655,89
2075	4.918.307,36	4.706.780,48	211.526,88	64.023.182,77
2076	4.946.253,48	4.818.820,06	127.433,43	64.150.616,19
2077	4.969.367,56	4.886.283,54	83.084,03	64.233.700,22
2078	4.990.037,23	5.022.471,14	- 32.433,91	64.201.266,31
2079	5.003.995,41	5.092.785,74	- 88.790,33	64.112.475,99
2080	5.014.794,86	5.164.084,74	- 149.289,88	63.963.186,11
2081	5.022.190,12	5.307.048,35	- 284.858,23	63.678.327,88
2082	5.021.680,21	5.381.347,03	- 359.666,81	63.318.661,07
2083	5.016.913,93	5.529.344,82	- 512.430,89	62.806.230,18
2084	5.003.217,20	5.680.431,80	- 677.214,61	62.129.015,58
2085	4.917.743,11	5.812.253,18	- 894.510,07	61.234.505,50
2086	4.821.262,35	5.969.378,26	- 1.148.115,91	60.086.389,59
2087	4.712.360,49	6.052.949,56	- 1.340.589,07	58.745.800,53
2088	4.595.225,22	6.059.801,37	- 1.464.576,15	57.281.224,38

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por CSM Consultoria Atuarial Data: 28 de julho de 2015

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU/Taxa de lixo			4.000,00	2.333,59	2.449,57	
ISS			315,00	330,50	346,92	Vide Obsevação
				-	-	abaixo
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			4.315,00	2.664,09	2.796,49	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram claculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercicios a saber:

Inflação para 2017: 4,92%

Inflação para 2018: 4,97%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : CORONEL PILAR - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	242.511,73
Decorrente de Receitas Tributárias	(10.640,28)
Decorrente de Transferências Correntes	253.152,02
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(18.548,99)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	223.962,75
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	223.962,75
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	214.199,79
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	214.199,79
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	9.762,96

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2016 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.